

Auditor do Tribunal de Contas

Dia: 7 de maio de 2006 • Horário: das 14 h às 18 h

Duração: 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova** com 35 páginas;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

Verifique, no caderno de prova:

- a) se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de 100 (cem), está correta;
- b) se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito da prova será divulgado no dia 7 de maio de 2006, até 4 (quatro) horas após a constatação do efetivo encerramento da sua realização, no site:

- **<http://tce.fepese.ufsc.br>**

Conhecimentos Gerais

(40 questões)

Língua Portuguesa

(6 questões)

Texto

1 Um princípio, diz-se, é muito mais que uma simples
2 regra. É, no caso do direito, o alicerce sobre o qual se
3 constrói todo o edifício jurídico. Por conseguinte, **vio-**
4 **lar** um princípio é muito mais **danoso** para a ordem
5 social e jurídica que violar uma norma.

6 Acompanhando o pensamento de Paulo de Barros
7 Carvalho, temos que princípios são “linhas diretivas
8 **que** informam e iluminam a compreensão de segmen-
9 tos normativos, imprimindo-**lhes** um caráter de uni-
10 dade relativa e servindo de fator de agregação num
11 dado feixe de normas”.¹

12 Podem os princípios ser expressos pelo legislador,
13 como também podem encontrar-se implícitos, caben-
14 do ao **jurista** extraí-**los** da ordenação jurídica e aplicá-
15 **los** após a atividade interpretativa.

[...]

16 *Princípio da legalidade* - O princípio da legalidade é
17 um dos **pilares** do direito positivo brasileiro. Aplica-se
18 tanto no campo do direito privado, como no âmbito
19 do direito **público**. Neste último, sua importância é
20 ressaltada pelo fato de que a Administração Pública
21 somente pode fazer aquilo que a lei permite, enquan-
22 to nas relações entre particulares vigem o princípio
23 segundo o qual estes podem fazer tudo aquilo que a
24 lei não proíbe.

¹ Paulo de Barros Carvalho. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 1985 p. 72.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de & HORVATH, Estevão. *Manual de direito financeiro*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 71-72.

1. Escreva V para verdadeiro e F para falso, conforme o Texto.

- () Princípios e normas têm igual importância no campo do direito.
- () A definição do termo **princípios**, no segundo parágrafo, colocada entre aspas, é uma citação de outro autor que não Oliveira & Horvath.
- () Paulo de Barros Carvalho é quem cita Oliveira & Horvath.
- () Os princípios são sempre enunciados de forma explícita nas leis.
- () A interpretação dos princípios deve preceder a sua aplicação.
- () Tanto os particulares como a Administração Pública podem fazer tudo aquilo que não é proibido por lei.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**, de cima para baixo:

- a. () V, V, F, V, F, F
- b. () F, V, V, F, V, V
- c. () F, V, F, F, V, F
- d. () F, V, F, F, F, F
- e. () F, F, V, F, V, V

2. Assinale a alternativa que apresenta o par **correto** de sinônimos, tendo em vista a possibilidade de a segunda palavra ser utilizada no lugar da primeira no texto, sem que haja prejuízo gramatical ou de sentido.

- a. () danoso – pungente
- b. () jurista – legalista
- c. () pilares – arcos
- d. () violar – infringir
- e. () público – notório

3. Assinale a alternativa correta.

O pronome **se**, destacado duas vezes no primeiro parágrafo do texto, pode ser classificado, seqüencialmente, como:

- a. () partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito.
- b. () índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora.
- c. () pronome reflexivo com função de sujeito e pronome reflexivo com função de objeto direto.
- d. () partícula expletiva ou de realce e pronome reflexivo com função de sujeito.
- e. () índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo com função de objeto indireto.

4. Analise as seguintes afirmações referentes ao último parágrafo do texto.

- I. A expressão “do direito positivo brasileiro” (linha 17) pode ser classificada como complemento nominal de **pilares**.
- II. A expressão “Neste último” (linha 19) refere-se a “âmbito do direito público”.
- III. “**Sua** importância” (linha 19) refere-se à importância da Administração Pública.
- IV. Em “**estes** podem” (linha 23), **estes** substitui **particulares**.
- V. **Vige** (linha 22) tem como infinitivo **vigir** que, sendo um verbo defectivo, não tem a conjugação completa.

Assinale a alternativa que contém **todas** as afirmativas **corretas**.

- a. () I, II, III, IV
- b. () I, II, III, V
- c. () I, II, IV
- d. () II, III, IV
- e. () III, IV, V

5. Escreva V para verdadeiro e F para falso, conforme o Texto.

- () A expressão “Por conseguinte”, no primeiro parágrafo, pode ser adequadamente substituída por “Logo” ou “Conseqüentemente”, sem prejuízo gramatical ou de sentido.
- () No segundo parágrafo, o segundo **que** (*linhas diretivas que informam...*) é pronome relativo que substitui a expressão “linhas diretivas”.
- () No segundo parágrafo, o pronome pessoal **lhes** refere-se a **princípios**.
- () A oração “Podem os princípios ser expressos pelo legislador” está na ordem indireta e poderia ser corretamente reescrita como: “Os princípios podem ser expressos pelo legislador”, sem prejuízo de sentido.
- () Em “Podem os princípios ser expressos **pelo legislador**”, a expressão destacada é o sujeito da oração.
- () Em *extraí-los* e *aplicá-los* (terceiro parágrafo), o pronome pessoal **los** substitui **princípios**, e tem a função de objeto direto de **extrair** e **aplicar**, respectivamente.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V, V, V, V, F, V
- b. () V, V, F, V, F, V
- c. () V, F, V, F, F, V
- d. () V, F, F, F, V, F
- e. () F, F, F, V, F, V

6. Leia atentamente as proposições abaixo e assinale a alternativa que preenche, de forma seqüencial e **correta**, as lacunas.

“Sejam todos _____”, disse o ministro aos convidados.

Na ocasião o chefe _____ e disse que não concordava com a idéia.

O cliente ficou de apresentar uma _____.
_____ esforços do médico, o paciente faleceu.

Preciso agradecer _____ funcionário pela informação que me deu.

De acordo com o *Manual de redação da presidência da república*, foram estabelecidos apenas dois fechos para todas as modalidades de comunicação ofi-

cial: _____, para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República, e _____, para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

- a. () bem-vindos – interview – contraproposta – Em que pese aos – àquele – Respeitosamente – Atenciosamente
- b. () bem-vindos – interveio – contra-proposta – Em que pese os – àquele – Cordiais saudações – Atenciosamente
- c. () bem-vindos – interview – contra-proposta- Em que pesem os – aquele – Atenciosamente – Respeitosamente
- d. () bem-vindos – interveio – contraproposta – Em que pesem aos – àquele – Respeitosamente – Cordialmente
- e. () bem-vindos – interveio – contraproposta – Em que pese aos – àquele – Respeitosamente – Atenciosamente

Realidade Sócioeconômica de Santa Catarina

(17 questões)

7. Assinale a alternativa **correta** em relação aos primórdios do povoamento de Santa Catarina.

- a. () O povoamento do território catarinense estava ligado aos interesses de navegações que tiveram aqui o ponto de apoio para atingirem, principalmente, a região do Rio da Prata.
- b. () O povoamento do território catarinense esteve associado aos interesses dos mercadores italianos que controlavam a rota das especiarias, como a pimenta, abundante nas matas do nosso litoral.
- c. () O povoamento do território catarinense, naquele período, estava ligado aos interesses dos reis franceses na sua intenção de manter e expandir a França Antártica.
- d. () O povoamento do território catarinense, naquela época, estava ligado aos interesses dos mercadores flamengos em manter e expandir a lavoura canavieira, nos seus domínios localizados no Atlântico Sul.
- e. () O povoamento do território catarinense, naquele período, foi financiado por banqueiros e prestamistas ingleses que desejavam afastar a influência da Santa Aliança na região.

8. Leia o texto:

“Em 1676, saiu de São Vicente para explorar terras e estabelecer uma povoação no Sul. Na região de Laguna, o paulista começou a se estabelecer. Várias dificuldades levaram ao fracasso essa primeira iniciativa. Mas (...) não desistiu”.

SANTOS, Silvio Coelho. Nova história de Santa Catarina. P. 39.

Assinale a alternativa que identifica o personagem a que se refere o texto.

- a. () Francisco Dias Velho.
- b. () Domingos de Brito Peixoto.
- c. () João de Almeida.
- d. () Manoel Lourenço de Andrada.
- e. () Pêro Lopes de Souza.

9. Leia o texto para responder à questão.

“A cada pessoa de catorze anos para cima, se dará três quartas partes de farinha por mês à medida da terra, e um arrátel de peixe ou carne por dia; às pessoas de catorze até sete completos, a metade desta ração e as desse até três anos completos, a terça parte; aos menores de três anos, nada.

Deveis remeter à Ilha de Santa Catarina o dinheiro necessário para se satisfazerem as ajudas de custo prometidas no dito edital, bem assim as que eu ordenar que se dê a algum colono, de mais merecimento ou aos artífices, conforme a sua habilitação. O Brigadeiro José da Silva Paes dispensará todo o cuidado para que estes novos colonos sejam bem tratados e agasalhados, tanto na Ilha de Santa Catarina como nas terras adjacentes, desde o Rio de São Francisco do Sul, até o Serro de Miguel ou no sertão correspondente, com atenção para que não se dê motivo aos espanhóis confinantes reclamarem sobre a fundação desses sítios.”

Edital de D. João V de 31 de agosto de 1746.
Apud PAULI, Evaldo. Enciclopédia Simpozio.
Disponível em: <http://www.simpozio.ufsc.br/Frame.htm>

O texto está relacionado a um importante episódio da ocupação do território catarinense, ocorrido no século XVIII.

Assinale a alternativa que identifica o episódio.

- a. () Imigração alemã.
- b. () Imigração levantina.
- c. () Imigração polonesa.
- d. () Povoamento açoriano.
- e. () Povoamento vicentista.

10. Assinale a alternativa **correta** nas suas referências à invasão espanhola ocorrida em 1777.

- a. () As forças portuguesas instaladas na Ilha de Santa Catarina recusaram-se a capitular. Um sangrento combate ocorreu na estrada de Rationes. O destacamento português foi dizimado pelos espanhóis.
- b. () A força naval espanhola comandada por D. Pedro de Cevallos foi contida, com sucesso, pela rede de fortificações que guarnecia a Ilha de Santa Catarina. A principal delas era a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.
- c. () A capitulação da tropa portuguesa, ocorrida cerca de um ano após a invasão, fez-se de forma gloriosa. Os soldados lusitanos lutaram com destemor, não obstante a superioridade espanhola.
- d. () Em virtude da derrota lusitana, a Ilha de Santa Catarina foi anexada aos domínios castelhanos pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Anos mais tarde, pelo Tratado de Paris, foi devolvida a Portugal.
- e. () Em fevereiro de 1777, uma força naval que transportava um expressivo contingente, sob o comando de D. Pedro Cevallos, chegou à enseada de Canasvieiras e dali invadiu, com sucesso, a Ilha de Santa Catarina.

Auditor do Tribunal de Contas

11. Assinale a alternativa que pode ser **corretamente** relacionada à fundação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages.

- a. () Em função da necessidade de abastecimento da região das minas, a região de Lages foi, no início do século XVII, incorporada à economia do Brasil colônia. A existência de um expressivo número de estâncias e a crescente riqueza da pecuária nos campos de Lages determinaram que o Rei de Portugal ordenasse a fundação de uma vila.
- b. () O Rio Grande do Sul tornou-se, no século XVIII, a principal fonte de abastecimento de gado para as feiras de São Paulo. O caminho do Araranguá, ou dos Conventos, acabou sendo substituído por outro que atravessava os campos de Vacaria. O governador da capitania de São Paulo determinou a fundação de uma vila junto à estrada por onde passavam as tropas.
- c. () A descoberta de ouro nos campos do Rio Grande atraiu, para a região, um grande número de paulistas e estabeleceu-se um comércio regular entre São Paulo e a província meridional. No caminho de Lages os portugueses arrebanhavam a mão-de-obra escrava e o gado que era vendido no Rio Grande.
- d. () No início do século XVI, os paulistas traziam o gado, capturado nos campos de Lages, até a vila de Laguna, de onde o enviavam, de barco, para o Rio Grande. A decadência de Laguna motivou a fundação de uma vila no planalto de onde partiam os tropeiros em direção ao sul.
- e. () Os tropeiros que percorriam com suas tropas os caminhos do sul, trazendo carne seca, couro e farinha de mandioca de São Paulo, perceberam a necessidade de criar um ponto de paragem nos campos de Lages. Em 1726, Francisco de Souza Farias instalou-se no lugar chamado Taipa, onde fundou a vila de Nossa Senhora dos Prazeres.

12. Assinale a alternativa em que são descritos acontecimentos relacionados à instalação da República Catarinense.

- a. () *“De maneira que, outro dia de manhã, vimos vir outra canoa de índios e um cristão dentro dela. Este deu novas ao Sr. Capitão General como estavam naquela terra alguns cristãos, que eram até quinze [...]. E também disse de outros cristãos, que se diziam Melchior Ramirez [...] e Enrique Montes, os quais disse haviam ficado de uma armada de Juan de Solis e que havia mais de treze ou quatorze anos que estavam naquela terra”* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p. 14-41, 1852, v. XV).
- b. () Chegou ao Desterro o primeiro dos Juizes de Fora. Muito severo, causou grande revolta, pois mandava meter no tronco, pela menor contravenção, os pobres moradores, deixando-os na Praça expostos à risota pública e ao rigor do tempo.
- c. () Em 22 de julho de 1839, uma força vinda de Viamão, comandada por Davi Canabarro e apoiada pelo lanchão Seival, cujo comandante era José Garibaldi, apoderou-se da vila de Laguna, da escuna Itaparica e dos lanchões Lagunense e Santana.
- d. () A 30 de julho de 1826, continuou o combate entre a força de James Norton e a esquadra do Almirante Brown. A corveta Vinte e Cinco de Maio, acossada de perto pelas corvetas Liberal e pelo brigue Caboclo, bateu-se com heroísmo.
- e. () *A força do Exército que defendia a Vila de Icatu (...) coadjuvada por parte da guarnição da canhoneira ao comando do 1º Tenente Jesuíno Lamego da Costa (Barão de Laguna), depois de vivo fogo que se prolongou desde as 7 horas da manhã, até às 5 da tarde, retirou-se para as trincheiras sem ter obtido vantagem alguma* (PALHA, José Egydio Garcez. Efemérides Navais. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Marinha).

13. Assinale a alternativa **correta**, em relação a algumas das causas da vinda dos imigrantes alemães para Santa Catarina no século XIX.

- a. () O desajustamento social causado pela grande instabilidade política, períodos de crise alimentar e a concentração da propriedade rural nas mãos da aristocracia.
- b. () O espírito cruzadístico, presente desde a primeira cruzada, renascido após a ascensão de Otto Von Bismark ao poder.
- c. () A disseminação, após o Putsh de Munique, das teorias da superioridade racial ariana.
- d. () O apoio da Burschenschaft ao absolutismo de Carlos Augusto, soberano de Saxe-Weimar, que teve como consequência a fuga em massa de camponeses alemães para a América.
- e. () As leis, editadas pelo Congresso de Viena e pela Paz de Augsburg, determinando a política do "Cercamento (enclousures)" e impedindo o acesso dos camponeses às áreas agrícolas controladas pela Dieta.

14. Analise as afirmações abaixo:

1. O extrativismo animal em Santa Catarina está centrado no potencial pesqueiro.
2. A atividade pesqueira em nosso estado não atingiu a escala industrial. A pesca é artesanal e os pescadores utilizam técnicas primitivas como o arrasto, linhas e espinhéis.
3. A maricultura no litoral e a piscicultura, principalmente no interior do estado, vêm ganhando grande importância.

Assinale a alternativa que indica as afirmações **verdadeiras**.

- a. () Somente a afirmação 2 está correta..
- b. () As afirmações 1,2 e 3 estão corretas.
- c. () Somente as afirmações 1 e 2 estão corretas.
- d. () Somente as afirmações 1 e 3 estão corretas.
- e. () Somente as afirmações 2 e 3 estão corretas.

15. Em 1893, iniciou-se no Rio Grande do Sul um movimento em oposição ao governo do Presidente Floriano Peixoto que teve grave repercussão em Santa Catarina.

Assinale a alternativa **correta** em relação aos desdobramentos deste movimento, em território catarinense.

- a. () Os florianistas, em Santa Catarina, tinham como líder Hercílio Luz que, em julho de 1893, foi proclamado Governador, por decreto da Câmara de Blumenau, cidade que se tornou capital provisória do Estado.
- b. () Os liberais, que combatiam Floriano, eram comandados em Santa Catarina por Hercílio Luz. Fugiram do Desterro, tomada pelos florianistas e buscaram refúgio em Blumenau, que se tornou a capital provisória do Estado.
- c. () Na capital, o grupo que se opunha a Hercílio Luz, então governador do Estado, atacou o Palácio do Governo, onde ele estava, o que o forçou a buscar refúgio em Blumenau. Assim que chegou, o governador destituído proclamou aquela cidade capital provisória do Estado.
- d. () Os florianistas, comandados pelo governador Eliseu Guilherme, expulsaram Hercílio Luz da capital, após bem sucedido ataque ao Palácio do Governo. Em seguida, tomaram Blumenau, que se tornou a capital provisória do Estado.
- e. () Os florianistas, em Santa Catarina, tinham como líder Eliseu Guilherme que, em julho de 1893, foi proclamado Governador por decreto da Câmara de Blumenau, cidade que se tornou capital provisória do Estado.

16. Assinale a alternativa **correta** nas suas referências ao desenvolvimento da economia catarinense.

- a. A economia catarinense, embora tenha ultrapassado a sua fase de subsistência a partir de 1680, integrou-se verdadeiramente à economia nacional, a partir do início da Revolução Industrial (1760-1850).
- b. A economia catarinense, embora tenha ultrapassado a sua fase de subsistência a partir de 1580, integrou-se verdadeiramente à economia nacional a partir do início da Revolução Industrial (1760-1850).
- c. A economia catarinense, embora tenha ultrapassado a sua fase de subsistência a partir do início do século XIX, integrou-se verdadeiramente à economia nacional somente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).
- d. A economia catarinense, embora tenha ultrapassado a sua fase de subsistência, a partir de 1645, integrou-se verdadeiramente à economia nacional somente a partir da chamada Segunda Revolução Industrial (1850).
- e. A economia catarinense, embora tenha ultrapassado a sua fase de subsistência nas últimas décadas do século XIX, integrou-se verdadeiramente à economia nacional, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

17. Associe as colunas abaixo.

- 1. Sul do Estado.
- 2. Vale do Itajaí (Brusque e Blumenau) concentra a maior parte das fábricas
- 3. Planalto catarinense, Vale do Rio do Peixe.
- 4. Região oeste do Estado.
- 5. Norte do Estado nos municípios de Joinville e Jaraguá do Sul.

- Eixo da agroindústria.
- Eixo Eletro-Metal Mecânico.
- Eixo Mineral
- Eixo Florestal.
- Eixo Têxtil e do Vestuário.

Assinale a alternativa em que aparece a seqüência **correta**, da segunda coluna, de cima para baixo.

- a. 2 - 5 - 1 - 4 - 3
- b. 3 - 2 - 5 - 4 - 1
- c. 3 - 5 - 1 - 4 - 2
- d. 4 - 5 - 1 - 3 - 2.
- e. 4 - 2 - 1 - 3 - 5

18. A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, entre outras causas, contribuiu para o início de um conflito de largas proporções que se estendeu até 1915.

Assinale a alternativa que identifica este conflito.

- a. Guerra dos Balaios.
- b. Guerra dos Canudos.
- c. Guerra do Contestado.
- d. Revolução Federalista.
- e. Revolução Farroupilha.

19. Assinale a alternativa que identifica o governo em que foi criado o Plano de Metas do Governo (PLAMEG).

- a. Aderbal Ramos da Silva.
- b. Celso Ramos.
- c. Colombo Machado Salles.
- d. Ivo Silveira.
- e. Pedro Ivo Campos Ferreira.

20. Assinale a alternativa **correta** com relação aos meios de transporte em Santa Catarina.

- a. () As rodovias catarinenses começaram a ser efetivamente ampliadas e melhoradas por volta da década de 40 do século passado. Nas décadas seguintes, o elevado custo financeiro para a implantação e conservação das rodovias levou os governantes a optarem pelo investimento no transporte ferroviário que, naquela época, teve grande crescimento.
- b. () As ferrovias catarinenses começaram a ser construídas nas últimas décadas do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, o elevado custo financeiro para a implantação e conservação das rodovias levou os governantes a ampliarem os investimentos no transporte ferroviário que, no nosso estado, concentra praticamente todo o transporte de cargas.
- c. () As BRs longitudinais que cortam o Estado são: BR-101, que acompanha o litoral; BR-116, que passa pelo Planalto de Canoinhas e Campos de Lajes e a BR-282, que liga o litoral ao oeste catarinense.
- d. () As BRs longitudinais que cortam o Estado são: BR-101, que acompanha o litoral; BR-116, que passa pelo Planalto de Canoinhas e Campos de Lajes e as BR-282 e 470, que ligam o litoral ao oeste catarinense.
- e. () As rodovias catarinenses começaram a ser efetivamente ampliadas e melhoradas por volta da década de 40 do século passado. Nas décadas seguintes, o desenvolvimento da indústria, em especial da indústria automobilística, favoreceu ainda mais a expansão da rede rodoviária que, no nosso estado, concentra praticamente todo o transporte de passageiros.

21. Analise as afirmações abaixo.

1. O primeiro governo de Santa Catarina surgiu já no início do período pré-colonial da História do Brasil, quando aqui chegaram os primeiros navegadores espanhóis. Dom Rodrigo de Acuña intitulou-se primeiro governador de Santa Catarina.
2. As Câmaras instaladas nas primeiras Vilas surgidas em Santa Catarina, que também possuíam funções executiva e judicial, são os embriões do Poder Executivo.
3. Um governo local, com um Poder Executivo mais parecido com o dos dias atuais, só surgiu com o governo do Brigadeiro José da Silva Paes.
4. O Poder Judiciário catarinense começou a nascer só por volta de 1750, com a criação da Ouvidoria. Em seguida, foi criada a Provedoria da Fazenda.

Assinale a alternativa que indica as afirmações **verdadeiras**.

- a. () Estão corretas apenas as afirmações 1 e 4.
- b. () Estão corretas apenas as afirmações 2 e 3.
- c. () Estão corretas apenas as afirmações 1, 2 e 3.
- d. () Estão corretas apenas as afirmações 2, 3 e 4.
- e. () Estão corretas as afirmações 1, 2, 3 e 4.

22. Analise as afirmações abaixo.

1. A Assembléia Legislativa é composta por 40 deputados estaduais, eleitos pelo voto direto e secreto, no sistema proporcional.
2. As principais funções dos 40 deputados da Assembléia Legislativa são: criar leis e fiscalizar os atos do governo do Estado para que os recursos públicos sejam investidos em prol da sociedade.
3. A idade mínima para ser deputado estadual é de dezoito anos. Os deputados são eleitos para uma legislatura que tem a duração de quatro anos.
4. Os candidatos ao mandato de deputado estadual devem estar filiados a um partido político, até um ano antes das eleições, e estar em pleno gozo dos seus direitos políticos.

Assinale a alternativa que indica as afirmações **verdadeiras**.

- a. () Estão corretas apenas as afirmações 1 e 4.
- b. () Estão corretas apenas as afirmações 2 e 3.
- c. () Estão corretas apenas as afirmações 1, 2 e 3.
- d. () Estão corretas apenas as afirmações 1, 2 e 4.
- e. () Estão corretas apenas as afirmações 2, 3 e 4.

23. Assinale a alternativa que relaciona **corretamente** o(s) órgão(s) responsável (eis) pela execução descentralizada das Funções de Estado e de Governo, de acordo com a Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005 (Capítulo II - Art. 35- III).

- a. () Procuradoria Geral do Estado.
- b. () Secretaria de Estado da Administração.
- c. () Secretaria de Estado do Planejamento.
- d. () Gabinete do Governador do Estado.
- e. () As 30 (trinta) Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

Controle Externo da Administração Pública

(17 questões)

24. A Constituição Estadual estabelece no art. 61, § 5º, que os auditores, nomeados pelo Governador do Estado, após aprovação em concurso público de provas e títulos, terão, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, ...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () as de juiz de direito de última entrância.
- b. () as de juiz de direito de entrância inicial.
- c. () as de juiz de direito de entrância intermediária.
- d. () as de juiz de direito de entrância especial.
- e. () as de juiz de direito de entrância média.

25. Assinale a alternativa que contém a resposta **correta**.

É o controle que se perfaz após a conclusão do ator controlado, visando sanar eventuais defeitos, declarar a sua nulidade, quando viciado, ou reconhecer a eficácia, o ato de homologação das licitações e concursos públicos.

- a. () Controle concomitante
- b. () Controle paralelo
- c. () Controle posterior
- d. () Controle prévio
- e. () Controle intempestivo

26. Por força de dispositivo constitucional, contido no art. 71 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União deverá prestar informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () diligências e relatórios de amostragens "in loco".
- b. () auditorias e inspeções realizadas.
- c. () perícias e relatórios de inspeções em obras públicas.
- d. () análises dos balanços e inspeções nos fundos de educação fundamental.
- e. () diagnósticos setoriais e inspeções nos fundos de saúde.

27. Na Lei Orgânica do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina consta que as decisões em processo de consulta, tomadas por no mínimo dois terços dos Conselheiros que o compõem, têm caráter...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () normativo e constituem prejulgamento da tese.
- b. () deliberativo e constituem julgamento daquela tese.
- c. () associativo e constituem mais uma base para definir a tese.
- d. () restritivo e se constituem em norma específica para o ente envolvido.
- e. () expansivo e se constituem em recurso à decisão de outros tribunais.

28. Na Lei Orgânica do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina consta que o Secretário de Estado, supervisor da área, ou a autoridade de nível hierárquico equivalente, emitirá sobre as contas e o parecer do controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, no qual...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () contestará elementos que não concorda e refutará acusações nele contidas.
- b. () acrescentará novos dados e fatores interferentes nas conclusões ali contidas.
- c. () admitirá ou confrontará os defeitos ocorridos e considerações nele contidas.
- d. () diminuirá o impacto das acusações e de dados nele contidos.
- e. () atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

29. Por força de dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem-se que as decisões preliminar, definitiva e terminativa de Câmara ou do Plenário serão publicadas...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () no Diário Oficial do Estado.
- b. () na revista do Tribunal de Contas do Estado.
- c. () no Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Estado.
- d. () no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado.
- e. () no mural do Tribunal de Contas do Estado.

Auditor do Tribunal de Contas

30. Assinale a alternativa **correta**.

Segundo dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem-se que ao julgar as contas o órgão decidirá se estas são:

- a. () aprovadas, aprovadas com ressalva ou reprovadas, exceto a hipótese prevista no art. 23 do próprio regimento interno.
- b. () normais, normais com ressalva ou anormais, exceto a hipótese prevista no art. 23 do próprio regimento interno.
- c. () regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto a hipótese prevista no art. 23 do próprio regimento interno.
- d. () em conformidade, em conformidade com ressalva ou fora de conformidade, exceto a hipótese prevista no art. 23 do próprio regimento interno.
- e. () aceitáveis, aceitáveis com ressalva ou inaceitáveis, exceto a hipótese prevista no art. 23 do próprio regimento interno.

31. Por força de dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem-se que ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos administrativos, o Relator ou o Tribunal, caso verifique ilegalidade ou irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () a audiência do responsável para, no prazo de vinte dias, apresentar documentos aditivos.
- b. () a audiência do responsável para, no prazo de trinta dias, apresentar justificativas.
- c. () a audiência do responsável para, no prazo de quarenta dias, apresentar as causas.
- d. () a audiência do responsável para, no prazo de trinta dias, apresentar detalhes da ocorrência.
- e. () a audiência do responsável para, no prazo de vinte dias, apresentar dados complementares.

32. Dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que a Assembléia Legislativa, desde que encaminhe regularmente e na forma admitida pela Constituição Estadual, dentro das demais condições normativas, poderá solicitar informações ao Tribunal de Contas. Nos casos em que a solicitação implicar a realização de auditoria, o relator deverá...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () submeter à deliberação da Câmara de Contas sua inclusão na pauta de julgamentos.
- b. () confirmar se a solicitação obteve a maioria de 2/3 na sessão deliberativa da Assembléia.
- c. () confirmar se a solicitação obteve a maioria de 3/5 na sessão deliberativa da Assembléia.
- d. () verificar se o protocolo foi tempestivo e se o processo foi admitido pelos técnicos da Casa.
- e. () submeter à deliberação do Plenário sua inclusão na programação de atividades do Tribunal.

33. Ao tratar-se do histórico dos Tribunais de Contas no Brasil, tem-se que durante a vigência da Constituição Federal de 1937 se manteve a organização dos Tribunais de Contas tal qual determinado pela Constituição de 1934, suprimindo apenas...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () a função de registro prévio de atos administrativos que importassem em despesa.
- b. () a função de registro prévio de atos administrativos que importassem em dívidas.
- c. () a função de registro prévio de atos administrativos que importassem em receitas.
- d. () a função de registro prévio de atos administrativos que importassem em baixa de ativos.
- e. () a função de registro posterior de atos administrativos que importassem em perda de ativos.

34. Por força de dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem-se que o Tribunal de Contas poderá organizar Câmaras para tratar de assuntos específicos ou para acompanhamento de matérias definidas pelo Tribunal Pleno. Cada Câmara compõe-se de...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () dois Conselheiros, que a integrarão pelo prazo de três anos, findo o qual dar-se-á a recondução automática por metade do período.
- b. () três Conselheiros, que a integrarão pelo prazo de dois anos, findo o qual dar-se-á a recondução automática por igual período.
- c. () quatro Conselheiros, que a integrarão pelo prazo de um ano, findo o qual dar-se-á a recondução automática pelo dobro do período.
- d. () cinco Conselheiros, que a integrarão pelo prazo de quatro anos, findo o qual dar-se-á a recondução automática por igual período.
- e. () seis Conselheiros, que a integrarão pelo prazo de cinco anos, findo o qual dar-se-á a recondução automática por metade do período.

35. Os principais tipos, nessa modalidade de auditoria, são: auditoria de eficiência; auditoria de efetividade do programa, auditoria de capacidade de gerenciamento do desempenho; auditoria de informações de desempenho.

Assinale a alternativa que identifica **corretamente** a modalidade de auditoria a que se refere o texto.

- a. () auditoria de informática
- b. () auditoria fiscalizadora
- c. () auditoria operacional
- d. () auditoria especial
- e. () auditoria de sistemas

36. Dispositivo contido no *caput* do art. 109 do regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que " O Tribunal poderá aplicar multa de até cinco mil reais, observada a gradação abaixo, aos responsáveis por"...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o entendimento do dispositivo em referência:

- a. () ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico do qual resulte dano ao erário, no valor compreendido entre trinta por cento e cem por cento do montante referido no *caput* do art.109. Isto significa que a multa menor será de R\$ 1.500,00 e a maior de R\$ 5.000,00.
- b. () obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas, no valor compreendido entre dez por cento e sessenta por cento do montante referido no *caput* do art. 109. Isto significa que a multa menor será de R\$ 500,00 e a maior de R\$ 3.000,00.
- c. () obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas, no valor compreendido entre quinze por cento e setenta por cento do montante referido no *caput* do art. 109. Isto significa que a multa menor será de R\$ 500,00 e a maior de R\$ 3.000,00.
- d. () ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico do qual resulte dano ao erário, no valor compreendido entre quarenta por cento e noventa por cento do montante referido no *caput* do art.109. Isto significa que a multa menor será de R\$ 1.500,00 e a maior de R\$ 4.500,00.
- e. () não atendimento, no prazo fixado, à diligência ou determinação do Tribunal, no valor compreendido entre trinta e cinco por cento e noventa por cento do montante referido no *caput* do art. 109. Isto significa que a multa menor será de R\$ 1.750,00 e a maior de R\$ 4.500,00.

Auditor do Tribunal de Contas

37. Por força de dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem-se que o servidor que exerce função específica de controle externo, quando credenciado pelo Presidente do Tribunal, ou por delegação deste, pelos dirigentes de órgãos de controle, para desempenhar funções de inspeção e auditoria, tem assegurada como uma das prerrogativas...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () competência para solicitar, verbalmente, aos responsáveis pelos órgãos e entidades, os documentos e informações necessários à instrução de processos, fixando prazo para atendimento.
- b. () competência para requisitar, por escrito, aos responsáveis pelos órgãos e entidades, a quebra do sigilo bancário de pessoas visando instruir os processos, fixando prazo para atendimento.
- c. () competência para solicitar, verbalmente, aos responsáveis pelos órgãos e entidades, a quebra do sigilo bancário de pessoas visando instruir os processos, fixando prazo para atendimento.
- d. () competência para requisitar, por escrito, aos responsáveis pelos órgãos e entidades, os documentos e informações necessários à instrução de processos, fixando prazo para atendimento.
- e. () competência para requisitar, por escrito, aos responsáveis pelos órgãos e entidades, os dados e recursos necessários à execução dos exames nos processos, fixando prazo para atendimento.

38. Dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que a lista tríplex dos auditores e dos Membros do Ministério Público, para preenchimento de cargos de Conselheiro, elaborada na forma prevista no regimento, deve ser aprovada...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () pelo Plenário.
- b. () pela Primeira Câmara.
- c. () pela Segunda Câmara.
- d. () pela Presidência do Tribunal Pleno.
- e. () pela Corregedoria Geral.

39. Dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que os órgãos auxiliares que integram a estrutura organizacional são os seguintes...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () os órgãos de decisão; os órgãos de monitoramento; os órgãos de assessoria; os órgãos de apoio técnico e administrativo.
- b. () os órgãos de decisão; os órgãos de consultoria e controle; os órgãos de monitoramento; os órgãos de apoio técnico e administrativo.
- c. () os órgãos de julgamento; os órgãos de consultoria e controle; os órgãos de assessoria; os órgãos de apoio técnico e administrativo.
- d. () os órgãos de auditoria; os órgãos de consultoria e controle; os órgãos de assessoria; os órgãos de apoio técnico e administrativo.
- e. () os órgãos de controle; os órgãos de consultoria e controle; os órgãos de assessoria; os órgãos de apoio técnico e administrativo.

40. Além de constar na Lei 10.028, de 19/10/00, dispositivo contido no regimento interno do TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que os responsáveis que deixarem de divulgar o Relatório de Gestão Fiscal até trinta dias após o encerramento de período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive ou por meio eletrônico, ou deixar de enviá-lo ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas nos prazos e condições estabelecidos em lei, ficará sujeito à...

Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência:

- a. () multa de trinta por cento dos seus vencimentos anuais.
- b. () multa de quarenta por cento dos seus vencimentos quadrimestrais.
- c. () multa de sessenta por cento dos seus vencimentos trimestrais.
- d. () multa de oitenta por cento dos seus vencimentos semestrais.
- e. () multa de duzentos por cento dos seus vencimentos mensais.

Conhecimentos Específicos

(60 questões)

Direito Constitucional

(10 questões)

41. A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser classificada como:

- a. () costumeira, concisa, flexível e popular.
- b. () escrita, concisa, flexível e outorgada.
- c. () escrita, rígida, prolixa e democrática.
- d. () escrita, rígida, outorgada e prolixa.
- e. () escrita, flexível, prolixa e democrática.

42. Quanto à possibilidade de reforma da constituição brasileira, pode-se afirmar:

- a. () Somente a emenda constitucional pode introduzir mudanças ou variações na Constituição.
- b. () São cláusulas pétreas, ou seja, vedações materiais perpétuas ao poder de reforma da Constituição vigente, a forma federativa de Estado, a forma republicana de governo, a separação dos poderes, bem como a observância dos direitos e garantias individuais e do voto direto, secreto, universal e periódico.
- c. () A revisão é um dos instrumentos ordinários de reforma constitucional, constando da enumeração do processo legislativo previsto pelo art. 59 da Constituição vigente.
- d. () A Constituição vigente é um exemplo de constituição democrática, pois prescreve, em seu artigo 60, a iniciativa concorrente do Executivo, do Parlamento e do Povo, para a propositura de emendas ao texto constitucional.
- e. () A Lei Complementar deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

43. Decorre da superioridade hierárquica da Constituição sobre as demais leis do ordenamento jurídico, a importância do controle de constitucionalidade das leis. Sobre a matéria, considere as afirmativas como (V) para as verdadeiras ou (F) para as falsas:

- () O controle formal é estritamente um controle jurídico, já que tem por objeto aspectos que respeitam à forma, órgão legiferante, competência, mas não ao conteúdo em si da norma.
- () O controle material encerra também um alto teor de politicidade, visto tratar do conteúdo da regra jurídica, buscando conformá-la ao espírito, filosofia e princípios constitucionais.
- () O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis consagra o controle via ação e o controle via exceção.
- () No controle via exceção, reconhecida a inconstitucionalidade da norma em questão, esta deixa de ser aplicada ao caso concreto como também, por consequência de sua anulação, desaparece do ordenamento jurídico.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**, de cima para baixo.

- a. () F, V, V, F
- b. () V, F, F, V
- c. () V, V, F, F
- d. () V, V, F, V
- e. () V, V, V, F

Auditor do Tribunal de Contas

44. Sobre o princípio da Igualdade, esculpido na Constituição brasileira, assinale (V) ou (F):

- () Diz respeito a uma igualdade fática ou material, orientando toda a hermenêutica constitucional.
- () Obriga o Estado a prestações positivas, se necessário, provendo meios para a concretização de comandos de isonomia.
- () Diz respeito a uma igualdade meramente jurídica ou formal, vinculando tão somente o poder judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V, F, F
- b. () V, F, V
- c. () F, V, V
- d. () V, V, F
- e. () F, F, V

45. Sobre o mandado de injunção, um instrumento inteiramente desconhecido na tradição constitucional brasileira, introduzido pela Constituição de 1988, é correto afirmar:

- I. No mandado de injunção, edita-se norma regulamentadora de preceito constitucional, com eficácia e incidência somente no caso concreto.
- II. Será concedido sempre que a ausência de norma regulamentadora inviabilize o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à soberania, nacionalidade e à cidadania.
- III. Esse instituto constitucional é assemelhado quanto ao resultado pretendido ao controle da constitucionalidade por via de exceção, também chamado de controle concreto.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**.

- a. () Somente a afirmativa I está correta.
- b. () Somente a afirmativa II está correta.
- c. () Somente a afirmativa III está correta.
- d. () Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- e. () Somente as afirmativas I e III estão corretas.

46. Quanto às garantias constitucionais, presentes na Constituição da República Federativa do Brasil, pode-se afirmar:

- I. o *habeas data*, que é outra inovação da Constituição de 1988, assegura a prerrogativa de conhecimento das informações a respeito da pessoa do impetrante, constantes em registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como para retificação de dados.
- II. o mandado de segurança pode ser impetrado para tutelar direito líquido e certo contra quem quer que seja, desde que agindo ilegalmente ou em flagrante abuso de direito.
- III. A ação popular pode ser proposta por qualquer cidadão.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**.

- a. () Está correta apenas a afirmativa I.
- b. () Estão corretas apenas as afirmativas I e II.
- c. () Estão corretas apenas as afirmativas I e III.
- d. () Estão corretas apenas as afirmativas II e III.
- e. () Todas as afirmativas estão corretas.

47. Acerca do sistema tributário da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Compete ao município, com exclusividade, instituir imposto sobre a propriedade territorial rural.
- b. () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e municípios instituir tributos ou majorá-los, sem lei anterior que o estabeleça ou altere.
- c. () Excepcionalmente, poderá a União, mediante lei ordinária, instituir empréstimo compulsório para atender despesas extraordinárias oriundas de calamidades públicas ou de investimento público de relevância nacional.
- d. () Faculta-se à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados e/ou dos Municípios.
- e. () A União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios podem cobrar tributos a partir da data da publicação da Lei que os institui ou aumenta.

48. Quanto ao princípio da proporcionalidade, assinale (V) ou (F):

- () é consagrado na atualidade como princípio constitucional, de indiscutível importância na defesa dos direitos fundamentais e como parte da essência do Estado de Direito.
- () pode ocorrer a inconstitucionalidade quando a medida for excessiva ou injustificável, isto é, quando não couber nos parâmetros da proporcionalidade.
- () é um princípio específico e restrito ao âmbito do Direito Administrativo, apenas.
- () tal princípio pode ser estendido a toda atividade do Estado, seja no âmbito administrativo, jurisdicional ou mesmo legislativo.

Assinale a alternativa que indica, de forma sequencial e **correta**, as afirmativas falsas e verdadeiras.

- a. () V, F, F, V
- b. () F, F, V, V
- c. () V, V, V, F
- d. () F, V, V, F
- e. () V, V, F, V

49. Assinale (V) ou (F).

É vedado à União:

- () instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência entre Estados ou Municípios, ressalvada a possibilidade de concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico do país.
- () tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- () instituir imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza.
- () cobrar impostos relativos as operações de crédito, câmbio e seguro, ou, ainda, relativas a títulos e valores mobiliários.

Assinale a alternativa que indica, de forma sequencial e **correta**, as afirmativas falsas e verdadeiras.

- a. () V, V, F, V
- b. () V, V, F, F
- c. () V, V, V, F
- d. () F, V, V, F
- e. () V, F, F, F

Auditor do Tribunal de Contas

50. Compete aos Estados e ao Distrito Federal a instituição dos seguintes impostos:

- I. imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- II. imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- III. imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior.
- IV. imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**.

- a. () Todas as afirmativas estão corretas.
- b. () Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c. () Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- d. () Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e. () Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

Direito Administrativo

(15 questões)

51. Quanto à teoria dos motivos determinantes do ato administrativo, é **correto** afirmar:

- a. () Revela a finalidade do ato administrativo discricionário, a qual depende da discricção da Administração, devendo por tal fato ser exteriorizado.
- b. () Revela a necessidade da Administração, prevista em lei, indicar o motivo que justificou a prática do ato administrativo discricionário, uma vez que o ato administrativo vinculado já tem o motivo expresso em lei.
- c. () Os motivos apresentados, ainda que não previstos antecipadamente em lei pela Administração como fundamento do ato, vinculam sua prática integrando a validade.
- d. () Corresponde à exposição de motivos, elemento formal que, se ausente, enseja a invalidade do ato administrativo.
- e. () É princípio expresso na Constituição Federal, devendo nortear a prática do ato administrativo.

52. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Ao Judiciário, face ao princípio da separação dos poderes, não há como examinar o mérito do ato administrativo discricionário.
- b. () O mérito do ato administrativo discricionário, o qual reflete a conveniência e oportunidade de sua edição, é fato que depende exclusivamente do móvel do administrador público.
- c. () Só cabe ao Judiciário examinar o motivo legal, abstrato, pois a situação material, suporte do ato administrativo discricionário, depende dos critérios de conveniência e oportunidade elegidos pela Administração.
- d. () A discricionariedade representa à Administração certa margem de liberdade por ocasião da prática do ato administrativo discricionário, que deve respeitar critérios de legalidade e legitimidade, o que, em não acontecendo, pode justificar seu exame pelo Judiciário.
- e. () A margem de liberdade para decidir em casos concretos é necessária à Administração, limitando-se exclusivamente pelo sistema legal.

53. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () A preclusão administrativa implica a impossibilidade de revisão da Administração de seus próprios atos.
- b. () O direito administrativo brasileiro não reconhece a existência de coisa julgada material administrativa.
- c. () A coisa julgada formal administrativa impede a revisão da decisão final adotada em processo administrativo.
- d. () Face à supremacia do interesse público não há limite à revisão de decisão administrativa.
- e. () Somente a preclusão consumada é limite à revisão do ato administrativo quando por provocação do interessado.

54. De acordo com a Lei Complementar 284/2005, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, é **correto** afirmar:

- a. () Se forem instituídas fundações públicas de direito privado, estas adquirirão personalidade com a inscrição da escritura pública de sua institucionalização e estatuto no registro civil de pessoa jurídica.
- b. () A Administração Pública Indireta se constitui exclusivamente por autarquias, fundações públicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c. () Se forem instituídas fundações públicas de direito público, estas adquirirão personalidade com a publicação do decreto que as criar depois de devidamente autorizada sua criação por lei específica.
- d. () Se forem instituídas empresas pública e sociedades de economia mista, estas adquirirão personalidade jurídica com a publicação da lei específica que as criar.
- e. () A Administração Pública Indireta se constitui exclusivamente por autarquias, fundações públicas de direito privado, empresas públicas e sociedades de economia mista.

55. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Mediante convênio pode ser delegado a prestação de serviço público, desde que a entidade já esteja constituída como pessoa jurídica.
- b. () Somente aos convênios se exige concurso público para contratação de pessoal e licitação nos contratos de obra e serviço a que derem causa.
- c. () A celebração de convênio ou consórcio administrativo prescinde de autorização legislativa.
- d. () Assim como nos contratos administrativos, é admissível cláusula de permanência obrigatória.
- e. () Na Administração Pública, o consórcio constituirá a associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

56. De acordo com a Lei 8429/92, que dispõe sobre a improbidade administrativa, é **correto** afirmar:

- a. () Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária caracteriza ato de improbidade administrativa, acarretando enriquecimento ilícito.
- b. () A perda da função pública só se efetivará com o trânsito em julgado da sentença condenatória, mas a suspensão dos direitos políticos poderá se dar após o término do processo administrativo e a devida representação ao Ministério Público.
- c. () As sanções previstas podem ser aplicadas independente de comprovação da efetiva ocorrência de dano ao erário ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno.
- d. () Desde que comprovada má-fé, constitui ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário, frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- e. () Se a comissão processante der conhecimento ao Tribunal de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática do ato de improbidade, deverá o órgão controlador designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

57. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () O serviço público se caracteriza como uma intervenção do Estado no domínio econômico.
- b. () O serviço público exige para sua caracterização a produção de utilidade fruíveis individualmente destinadas ao atendimento de necessidades de sujeitos indeterminados.
- c. () A instituição de um serviço como público pode-se dar por lei e, em casos específicos, por ato administrativo.
- d. () O poder de polícia integra o conceito de serviço público.
- e. () A prestação de serviço público deve se submeter exclusivamente a regime jurídico de direito público.

Auditor do Tribunal de Contas

58. Em relação às entidades paraestatais, é **correto** afirmar que:

- a. () São criadas para prestar serviço público.
 - b. () Compõem a administração Pública indireta.
 - c. () Como seus empregados não se equiparam a servidores públicos não se submetem à lei de improbidade administrativa.
 - d. () Podem ser instituídas, na forma de fundação ou associação, mas sua criação deve se dar necessariamente por lei.
 - e. () Por determinação legal se subordinam à Lei de Licitações e Contratos administrativos.
-

59. A convalidação do ato administrativo toma por base o princípio:

- a. () legalidade
 - b. () razoabilidade
 - c. () proporcionalidade
 - d. () devido processo legal
 - e. () presunção de legitimidade
-

60. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () As autarquias especiais foram criadas pra que o estado possa exercer atividade econômica.
- b. () O regime jurídico aplicável às pessoas jurídicas de direito privado que compõem a Administração Pública Indireta é, exclusivamente, por imposição constitucional, o de direito privado.
- c. () Mesmo compondo a Administração Pública indireta, não há subordinação hierárquica entre a autarquia e a entidade estatal a que pertence.
- d. () Fundações públicas, assim como as empresas públicas, possuem, necessariamente, personalidade jurídica de direito privado.
- e. () De acordo com a Constituição Federal, as pessoas jurídicas que compõem a Administração Pública Indireta só podem ser criadas mediante lei específica.

61. Quanto aos órgãos públicos, é **correto** afirmar:

- a. () Nem os órgãos independentes, originários da Constituição Federal, possuem personalidade jurídica.
 - b. () Correspondem a uma entidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública Direta ou indireta.
 - c. () Resultam da descentralização administrativa.
 - d. () Somente os órgãos autônomos, como por exemplo, os Tribunais superiores, possuem personalidade jurídica.
 - e. () Correspondem a uma unidade de atuação a qual, por delegação, é atribuída a personalidade jurídica da entidade estatal que compõem.
-

62. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () A cessão de uso de bem público só pode ser feita a outro ente estatal.
- b. () O arrendamento, instituto tipicamente de direito privado, não é título hábil para formalizar a utilização de bem público pelo particular.
- c. () A utilização do bem público pelo particular, em algumas hipóteses, mesmo que mediante permissão, prescinde de certame licitatório.
- d. () A concessão de bem público é um contrato administrativo, por meio do qual um particular é investido na faculdade de usar um bem público, por prazo determinado ou não, mediante o cumprimento de determinadas exigências legais.
- e. () A permissão para o uso de bem público deve ser formalizada mediante contrato de adesão.

63. Quanto aos bens públicos é **correto** afirmar:

- a. () Os bens públicos de uso comum são insuscetíveis de desafetação.
- b. () Bens públicos são os de titularidade de uma entidade integrante da administração Pública.
- c. () Dada sua personalidade jurídica de direito privado, os bens de uma sociedade de economia mista não entram na classe dos bens públicos.
- d. () Exclusivamente os bens imóveis integram a categoria de bens públicos de uso comum do povo.
- e. () Os bens dominicais, quando imóveis, só se incorporam ao patrimônio público depois de devidamente inscritos no registro de imóveis.

64. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Somente se previsto no edital, é admitida a subcontratação, que deverá ser autorizada pelo poder concedente.
- b. () Face a tipicidade do contrato de delegação da prestação de serviço público, a transferência do controle acionário da concessionária implicará a caducidade da concessão.
- c. () Em decorrência da indisponibilidade do interesse público, o contrato de concessão não poderá prever a arbitragem para resolução de disputas relacionadas ao contrato.
- d. () Incumbe à concessionária a execução dos serviços concedidos, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, exceto quando contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes ao serviço concedido.
- e. () Para garantir os contratos de mútuo de longo prazo, destinados a investimentos relacionados a contratos de concessão, em qualquer de suas modalidades, as concessionárias poderão, mediante certas condições, ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros.

65. De acordo com a Lei 8987/95, que dispõe sobre a delegação da prestação de serviço público, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Desde que previsto no edital, poderá o julgamento das propostas preceder a fase de habilitação.
- b. () Toda concessão de serviço público, exceto se por meio de autorização, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.
- c. () A modalidade de licitação para a delegação da prestação de serviço público é exclusivamente a concorrência face ao princípio da universalidade que deve nortear o certame.
- d. () Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios, exceto se previamente autorizados por ato administrativo do poder concedente.
- e. () Não serão admitidas propostas condicionadas a qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado face ao princípio da isonomia fiscal.

**Orçamento e
Contabilidade Pública**

(5 questões)

66. Na estrutura de distribuição da receita pública tem-se uma concentração de recursos de origem tributária na União. Segundo estudo da carga tributária por esferas de governo, a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, IBGE, e CONFAZ tem-se que: 1. a União deteve em média, no período 80 até 89, aproximadamente 75,8%, caindo na década de 1990 para aproximadamente 71%; 2. os Estados-membros que detinham no período 1980 até 1989, aproximadamente 22%, elevaram a sua participação, nos anos 1990, para 26%; e 3. os Municípios que contavam com aproximadamente 2% no período 1980 até 1989, elevaram a participação para 3,5% na década de 90. Por outro lado, tem-se no Poder Executivo a necessidade de encaminhar, anualmente, o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentária (LDO), e o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para que o Poder Legislativo os transforme em Lei.

Os prazos para encaminhamento dos referidos projetos de lei, não são exatamente os mesmos nas três esferas de governo em função, dentre outros fatores, da concentração da carga tributária de forma desigual entre União, Estados-membros e Municípios.

Assinale a alternativa que contém os prazos em que as respectivas Constituições obrigam o Poder Executivo da União e o Poder Executivo do Estado de Santa Catarina a remeter para as respectivas Casas Legislativas o Projeto da LOA.

- a. () 15 de abril; 15 de maio.
- b. () 30 de junho; 31 de julho.
- c. () 31 de julho; 31 de agosto.
- d. () 31 de agosto; 30 de setembro.
- e. () 30 de setembro; 31 de agosto.

67. Assinale a alternativa que contém a resposta **correta**.

Na classificação das fontes de recursos para o Estado de Santa Catarina, adotada no Manual de Orçamento para o exercício de 2006, o grupo de fonte de recursos apresenta:

- a. () 1 – Recursos do Tesouro – Ano Financeiro Corrente; 2 – Recursos de Outras Fontes – Ano Financeiro Corrente; 3 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores; 6 – Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores; 9 – Recursos Vinculados.
- b. () 1 – Recursos do Tesouro – Ano Corrente; 2 – Recursos de Outras Fontes – Ano Corrente; 3 – Recursos do Tesouro – Anos Anteriores; 6 – Recursos de Outras Fontes – Anos Anteriores; 9 – Recursos Condicionados.
- c. () 1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente; 2 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente; 3 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores; 6 – Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores; 9 – Recursos Condicionados.
- d. () 1 – Recursos do Tesouro – Exercício em Curso; 2 – Recursos de Outras Fontes – Ano em Curso; 3 – Recursos do Tesouro – Anos Passados; 6 – Recursos de Outras Fontes - Anos Passados; 9 – Recursos Vinculados.
- e. () 1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente; 2 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente; 3 – Recursos do Tesouro – Exercícios Transcorridos; 6 – Recursos de Outras Fontes – Exercícios Transcorridos; 9 – Recursos Condicionados.

68. Típicas das variações ativas que integram a Demonstração das Variações Patrimoniais são movimentações de fatos inesperados, que ocorrem e causam um aumento no patrimônio. Um exemplo marcante deste tipo de variação é o que ocorre com o nascimento de um animal (por exemplo: um cavalo, para integrar potencialmente a cavalaria da polícia militar) que aumenta os bens móveis, podendo ser classificado na conta *Bens Móveis – Semoventes ou Bens Móveis – Criações*. Este tipo de acréscimo patrimonial não é proveniente da execução orçamentária.

Assinale a alternativa que contém a resposta **correta** para esta descrição:

- a. () superveniências ativas
- b. () insubsistências passivas
- c. () mutações patrimoniais da despesa
- d. () mutações patrimoniais da receita
- e. () alterações patrimoniais extra-econômicas.

69. Assinale a alternativa que contém a resposta **correta** para esta descrição.

Despesas realizadas mediante transferências de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei nº. 11.107, de 06/04/2005, objetivando a execução dos programas e ações dos respectivos entes consorciados.

Este conteúdo foi incluído, como uma modalidade de aplicação: “71 – Transferências a Consórcios Públicos”, na classificação econômica, junto à despesa orçamentária, mediante a seguinte legislação:

- a. () Portaria da STN n.º. 325, de 27/08/2001
- b. () Portaria da STN n.º. 219, de 29/04/2004
- c. () Portaria da STN n.º. 303, de 28/04/2005
- d. () Portaria Interministerial n.º. 163, de 04/05/2001
- e. () Portaria Interministerial n.º. 688, de 14/10/2005

70. Assinale a alternativa que contém a resposta **correta** para esta descrição:

Dentre os anexos que integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária tem-se o que apura o *resultado primário*. Para a sua composição concorrem as receitas fiscais e deduz-se das mesmas as despesas fiscais. Nas receitas fiscais existem dois expurgos, um nas receitas correntes e outro nas receitas de capital para que se tenha as receitas fiscais líquidas. Por outro lado, as despesas fiscais apresentam quatro expurgos: três nas despesas de capital e um nas despesas correntes, para que se conheça as despesas fiscais líquidas.

Quanto aos expurgos na despesa fiscal tem-se:

- a. () nas despesas correntes: *benefícios previdenciários* e nas despesas de capital: *amortização da dívida, concessão de empréstimos, e aquisição de título de capital já integralizado*.
- b. () nas despesas correntes: *juros e encargos da dívida* e nas despesas de capital: *amortização da dívida, concessão de empréstimos, e aquisição de título de capital já integralizado*.
- c. () nas despesas correntes: *despesas com o seguro desemprego* e nas despesas de capital: *amortização da dívida, concessão de empréstimos, e aquisição de título de capital já integralizado*.
- d. () nas despesas correntes: *juros e encargos da dívida* e nas despesas de capital: *amortização da dívida, aquisição de equipamentos importados do exterior, e aquisição de título de capital já integralizado*.
- e. () nas despesas correntes: *juros e encargos da dívida* e nas despesas de capital: *amortização da dívida, aquisição de terrenos, e aquisição de título de capital já integralizado*.

Direito Tributário

(4 questões)

71. Assinale a alternativa que completa **corretamente** o texto abaixo.

As Autarquias e as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes...

- a. () estão sujeitas à tributação.
- b. () gozam da imunidade dos tributos.
- c. () estão ao abrigo da imunidade dos impostos.
- d. () estão sujeitas apenas à tributação sobre o patrimônio e a renda.
- e. () a incidência do imposto recai apenas sobre a prestação de serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

72. A instituição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico é:

- a. () da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b. () da competência concorrente da União e dos Estados.
- c. () da competência privativa do Distrito Federal.
- d. () da competência exclusiva da União.
- e. () da competência exclusiva dos Municípios.

73. As contribuições sociais destinadas a financiar as despesas com a seguridade social:

- a. () não poderão ser cobradas no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
- b. () só poderão ser exigidas após decorridos trinta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- c. () poderão ser cobradas na data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- d. () só poderão ser exigidas após decorridos sessenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
- e. () só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

74. Estabelecer as alíquotas mínimas do imposto relativo à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

- a. () é competência exclusiva do Presidente da República, conforme prescreve a Constituição Federal.
- b. () é facultado ao Senado Federal mediante resolução de iniciativa de 1/3 e aprovada por maioria absoluta de seus membros.
- c. () é competência privativa das Assembléias Legislativas dos Estados, mediante iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.
- d. () é facultada à Câmara dos Deputados mediante Decreto Legislativo e de iniciativa de 1/3 e aprovado por maioria absoluta de seus membros.
- e. () é competência privativa dos Governadores dos Estados, conforme estatui a Constituição dos Estados-Membros.

Finanças Públicas

(4 questões)

75. Segundo o art. 166 da Constituição Federal de 1988, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, devem indicar os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação da despesa.

Na anulação de despesa, aqui mencionada, são preservados três especificações visando preservar a qualidade da previsão orçamentária.

Assinale a alternativa que contém essas três especificações:

- a. () dotações para serviços de terceiros e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- b. () dotações para material de consumo; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- c. () dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências voluntárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- d. () dotações para pessoal e seus encargos; serviço da dívida; transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- e. () dotações para material permanente; serviço da dívida; transferências legais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

76. Estágio que consiste na verificação e tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Assinale a alternativa cuja definição está contida no texto acima.

- a. () empenho da despesa.
- b. () liquidação da despesa.
- c. () pagamento da despesa.
- d. () lançamento da despesa.
- e. () recolhimento da despesa.

77. Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência abaixo:

Segundo o art. 74 da Lei 4.320/64: "A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle..."

- a. () prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas do órgão equivalente.
- b. () prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Justiça do órgão equivalente.
- c. () prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Assembléia Legislativa do órgão equivalente.
- d. () prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Ministério Público do órgão equivalente.
- e. () prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Controle Interno do órgão equivalente.

78. Tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público (específico e divisível), prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Assinale a alternativa **correta** em relação ao texto acima.

- a. () taxa.
- b. () imposto.
- c. () preço público.
- d. () contribuição de melhoria.
- e. () contribuição compulsória.

Auditoria

(5 questões)

79. As técnicas de auditoria que devem ser observadas pelos Auditores Internos constituem-se de um conjunto de procedimentos a serem adotados no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, que além de exames de relatórios e registros auxiliares, entrevistas e observação acurada das atividades, incluem, também:

- I. Circularizações/Confirmações Formais - é a técnica utilizada na obtenção de declaração formal e independente, de pessoas não ligadas ao órgão ou entidade auditada, seja por interesses comerciais, afetivos ou outros fatos ligados às operações do mesmo.
- II. Exame da Documentação Original - trata-se de procedimento voltado para a comprovação das transações que, por exigências legais, comerciais ou de controle, são evidenciadas por documentos comprobatórios destas transações.
- III. Exames Físicos - consiste na verificação in loco permitindo ao Auditor formar opinião quanto à existência física do objeto ou item a ser examinado, sua autenticidade, quantidade e qualidade.
- IV. Amostragem - é o processo pelo qual se obtém informação sobre um todo (universo), examinando-se apenas uma parte do mesmo (amostra).
- V. Controle da Legalidade - visa a confrontar os atos praticados com a legislação em vigor, para aferir se possuem o devido amparo legal.
- VI. Conferência de Somas e Cálculos - utilizada em virtude da quase totalidade das operações do órgão ou entidade auditada envolver valores, quantidades, números ou outros fatores.
- VII. Exame dos Lançamentos Contábeis - é o procedimento usado pela auditoria para constatação da veracidade das informações contábeis e fiscais, entre outras, além de possibilitar levantamentos específicos nas análises, composição de saldos, conciliações e outras que afetam as demonstrações contábeis.
- VIII. Além das técnicas enumeradas, outras serão utilizadas suplementarmente de acordo com a conveniência, com vistas a bem desenvolver os trabalhos de auditoria.

Com base nas afirmativas acima, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Apenas as alternativas I, VII e VIII estão corretas.
- b. () Apenas as alternativas I, V, VIII estão corretas.
- c. () Apenas as alternativas I, V, e VII estão corretas.
- d. () Apenas as alternativas I, IV e VIII estão corretas.
- e. () Todas as alternativas estão corretas.

80. O Tribunal de Contas fiscalizará, na forma prevista em provimento próprio, o cumprimento das normas relativas à gestão fiscal do Estado e dos Municípios, observando, em especial:

- I. o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes orçamentárias;
- II. limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III. medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite legal;
- IV. providências tomadas pelo ente para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V. destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos; e
- VI. cumprimento do limite constitucional de gastos totais dos legislativos municipais.

Com base nas afirmativas acima, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Todas as afirmativas estão corretas.
- b. () Apenas as afirmativas I, II e VI estão corretas.
- c. () Apenas as afirmativas I, V, VI estão corretas.
- d. () Apenas as afirmativas I e VI estão corretas.
- e. () Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

81. De acordo com o art. 65 da Lei complementar 202, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Assinale a alternativa que **não** está prescrita neste artigo.

- a. () Na apuração dos fatos denunciados, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial, se o dano apurado for de valor igual ou superior àquele previsto no § 2º do art. 10 desta Lei.
- b. () Confirmada irregularidade grave, o Tribunal, após o trânsito em julgado da decisão, apresentará ao Ministério Público Estadual para os devidos fins, ao Governador do Estado e à Assembléia Legislativa, se apurados no âmbito da administração estadual, e ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores, se no âmbito municipal, para conhecimento dos fatos.
- c. () A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, estar acompanhada de indício de prova e conter o nome legível e assinatura do denunciante, sua qualificação e endereço.
- d. () No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público que atua junto ao Tribunal, determinará, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu ressarcimento
- e. () A denúncia, uma vez acolhida, somente será arquivada após efetuadas as diligências pertinentes e por decisão fundamentada do Tribunal Pleno.

82. De acordo com o Decreto 425, capítulo VI, quando verificado que determinado ato foi praticado sem observância à legislação em vigor ou comprovada qualquer outra irregularidade, o relatório de auditoria concluirá pela recomendação quanto a procedimentos a serem adotados, responsabilização, apresentação de justificativas, recolhimentos de valores, sindicância e/ou abertura de processo disciplinar ou, quando for o caso, solicitação para instauração de Tomada de Contas Especial.

Com base no exposto acima, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. () Nos casos em que não houver apresentação de justificativas ou naqueles em que as justificativas forem rejeitadas, a decisão de auditoria concluirá pela conversão de valores em responsabilidade, sindicância, processo disciplinar ou instauração de Tomada de Contas Especial.
- b. () Os valores determinados na decisão de auditoria para lançamento em responsabilidade deverão ter seus lançamentos contábeis efetuados no balancete do mês de protocolização daquela no órgão ou entidade auditada.
- c. () Os processos relativos a auditorias realizadas que resultarem em relatórios com irregularidades serão encaminhados ao órgão ou entidade auditada para fins de conhecimento e arquivamento, deles dando-se ciência, também, ao Tribunal de Contas do Estado.
- d. () No caso de recursos repassados pelo Estado, a qualquer título, a entidades públicas ou privadas, poderá haver, em decisão de auditoria, solicitação para instauração de Tomada de Contas Especial.
- e. () Os valores lançados em responsabilidade e os não comprovados ou não recuperados em Tomada de Contas Especial somente poderão ser baixados pelo seu recolhimento, por nova decisão de auditoria ou por decisão do Tribunal de Contas do Estado.

Auditor do Tribunal de Contas

83. Para efeito de auditoria, identifique apenas o lançamento correto no Empenho dos Encargos Financeiros no Sistema Orçamentário, Financeiro/Patrimonial de Compensação, respectivamente.

a. ()

Lançamento	Título da Conta – Sistema Orçamentário
Débito	Restos a Pagar Processados de...
Crédito	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação de Receita
Lançamento	Título da Conta – Sistema Financeiro/Patrimonial
Débito	Despesa Orçamentária
Crédito	Bancos Conta Corrente
Lançamento	Título da Conta – Sistema de Compensação
Débito	Despesa Orçamentária Fixada a Realizar
Crédito	Despesa Orçamentária Empenhada a Liquidar

b. ()

Lançamento	Título da Conta – Sistema Orçamentário
Débito	Despesa Orçamentária
Crédito	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação de Receita
Lançamento	Título da Conta – Sistema Financeiro/Patrimonial
Débito	Restos a Pagar Processados de...
Crédito	Bancos Conta Corrente
Lançamento	Título da Conta – Sistema de Compensação
Débito	Despesa Orçamentária Fixada a Realizar
Crédito	Despesa Orçamentária Empenhada a Liquidar

c. ()

Lançamento	Título da Conta – Sistema Orçamentário
Débito	Restos a Pagar Processados de...
Crédito	Bancos Conta Corrente
Lançamento	Título da Conta – Sistema Financeiro/Patrimonial
Débito	Despesa Orçamentária
Crédito	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação de Receita
Lançamento	Título da Conta – Sistema de Compensação
Débito	Despesa Orçamentária Fixada a Realizar
Crédito	Despesa Orçamentária Empenhada a Liquidar

d. ()

Lançamento	Título da Conta – Sistema Orçamentário
Débito	Despesa Orçamentária
Crédito	Restos a Pagar Processados de...
Lançamento	Título da Conta – Sistema Financeiro/Patrimonial
Débito	Bancos Conta Corrente
Crédito	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação de Receita
Lançamento	Título da Conta – Sistema de Compensação
Débito	Despesa Orçamentária Fixada a Realizar
Crédito	Despesa Orçamentária Empenhada a Liquidar

e. ()

Lançamento	Título da Conta – Sistema Orçamentário
Débito	Despesa Orçamentária
Crédito	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação de Receita
Lançamento	Título da Conta – Sistema Financeiro/Patrimonial
Débito	Restos a Pagar Processados de...
Crédito	Bancos Conta Corrente
Lançamento	Título da Conta – Sistema de Compensação
Débito	Despesa Orçamentária Empenhada a Liquidar
Crédito	Despesa Orçamentária Fixada a Realizar

Responsabilidade Fiscal: Gestão Fiscal e Penalidades

(5 questões)

84. Considere as seguintes afirmativas:

- I. São exigências para a realização de transferências voluntárias o cumprimento das condições estabelecidas no plano plurianual e existência de dotação orçamentária.
- II. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades por pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica e atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- III. É autorizada a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- IV. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Estão **corretas**, de acordo com a Lei Complementar 101/00:

- a. () Todas as assertivas.
- b. () Apenas a assertiva IV.
- c. () Apenas as assertivas II e IV.
- d. () Apenas as assertivas I, II e IV.
- e. () Nenhuma das assertivas.

85. Assinale a alternativa correta:

Entende-se como despesa total com o pessoal, nos termos da Lei Complementar n. 101/00:

- a. () O somatório dos gastos do ente da Federação apenas com os ativos, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, bem como os encargos sociais e as despesas com serviços de terceiros.
- b. () O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos e os inativos, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, excluídos os encargos sociais.
- c. () O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, bem como as despesas de serviços com terceiros, excluídos os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades da previdência.
- d. () O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades da previdência.
- e. () O somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades da previdência e as despesas com serviços de terceiros.

86. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Complementar n. 101/00:

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada de:

- a. () Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b. () Estimativa do impacto orçamentário-financeiro apenas no exercício que deva entrar em vigor e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- c. () Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos três subseqüentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d. () Existência de dotação orçamentária específica e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- e. () Estimativa do impacto orçamentário-financeiro apenas no exercício que deva entrar em vigor e autorização do ordenador primário da despesa.

Auditor do Tribunal de Contas

87. Considere as seguintes afirmativas:

- I. É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal, expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.
- II. É vedado ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- III. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre contas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias do recebimento das contas, no caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de 200.000 (duzentos mil) habitantes.
- IV. Os Tribunais de Contas punirão os Poderes ou órgãos quando constatarem que o montante de despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.

Estão corretas, de acordo com a Lei Complementar n. 101/00:

- a. () Todas as afirmativas.
- b. () Apenas as afirmativas II e III.
- c. () Apenas as afirmativas I, II e III.
- d. () Apenas as afirmativas I, II e IV.
- e. () Apenas as afirmativas II, III e IV.

88. Nos termos da Lei 10.028/2000, **não** constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

- a. () Deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- b. () Propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- c. () Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- d. () Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.
- e. () Deixar de apresentar a estimativa do impacto orçamentário das contratações administrativas, nos prazos e condições estabelecidos em lei.

Direito Penal e Processual Penal

(2 questões)

89. Quanto ao princípio da legalidade no direito penal, pode-se considerar **correta** a afirmação:

- I. O princípio da legalidade, ou também chamado da reserva legal (art.1 do CP) é igualmente previsto como garantia fundamental, no artigo quinto da Constituição Federal vigente (inciso XXXIX).
- II. Pelo princípio da legalidade alguém só pode ser punido se, anteriormente ao fato por ele praticado, existir uma lei que o considere como crime.
- III. Tal princípio reflete também na aplicação da pena, visto que somente será aplicada ao criminoso pena anteriormente prevista em lei para o crime praticado.
- IV. Decorrem do princípio da legalidade outros princípios correlatos, como o da proporcionalidade, da culpabilidade e princípio da humanidade, todos imprescindíveis para um Estado Democrático de Direito.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**.

- a. () Todas as afirmativas estão corretas.
- b. () Somente a afirmativa IV está correta.
- c. () As afirmativas corretas são a I e a II.
- d. () Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e. () As afirmativas corretas são apenas a I, II e III.

90. Pertinente aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale (V) ou (F):

- () Em sentido amplo, diz respeito aos delitos praticados no exercício de função pública, do Legislativo, Executivo ou Judiciário, podendo ser classificados em próprio e impróprio.
- () São classificados como crimes funcionais próprios quando a função pública, ocupada pelo agente, é imprescindível à existência do delito, como por exemplo, a concussão(art.316), a corrupção passiva(art.317), entre outros; e impróprios, quando o ato praticado constitui também crime comum, mas que ganha tipificação própria quando o sujeito ativo é funcionário público, como, por exemplo, o peculato.
- () Qualquer ilícito comum, cometido por qualquer pessoa, pode ser considerado crime de responsabilidade, desde que a qualidade de funcionário público intervenha como circunstância qualificadora.
- () A Lei Processual Penal estabelece um rito especial aos processos referentes aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, tendo em vista os interesses relevantes da administração pública.

Assinale a alternativa que indica, de forma sequencial e **correta**, as afirmativas falsas e verdadeiras.

- a. () V, V, V, F
- b. () V, F, F, V
- c. () V, V, F, F
- d. () V, V, F, V
- e. () F, V, V, V

**Licitações e
Contratos Administrativos**

(10 questões)

91. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Pode-se dispensar a licitação para alienação de bens públicos imóveis de área remanescente de obra pública, que se tornar inapropriável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
- II. Pode-se dispensar a licitação para a venda de ações e para a venda de títulos, nos termos da legislação pertinente.
- III. Pode-se dispensar a licitação para alienação de bens públicos imóveis, nos procedimentos de legitimação de posse, nos termos da legislação pertinente.
- IV. Pode-se dispensar a licitação para a concessão de direito real de uso de imóveis, quando o uso destinar-se a pessoa física que haja implementado os requisitos mínimos de cultura e moradia sobre área rural situada na região da Amazônia Legal.

Estão **corretas**, de acordo com a Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () Apenas a afirmativa II.
- b. () Apenas as afirmativas I e III.
- c. () As afirmativas II e III.
- d. () Apenas as afirmativas I, II e III.
- e. () Todas as afirmativas.

92. Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato de autoridade competente, desde que previamente avaliados, comprovada a necessidade ou utilidade da alienação, e sempre através da adoção do procedimento licitatório, sob modalidade de concorrência.
- b. () Na concorrência para alienação de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% da avaliação.
- c. () As licitações serão efetuadas, obrigatoriamente, no local onde se situar a repartição interessada.
- d. () O prazo mínimo que deve ser observado entre a publicação do edital e o recebimento das propostas será de 45 (quarenta e cinco) dias nos casos de tomada de preços, quando a licitação for do tipo "técnica e preço".
- e. () O prazo mínimo que deve ser observado entre a publicação do edital e o recebimento das propostas será de 45 (quarenta e cinco) dias nos casos de concorrência, quando a licitação for do tipo "menor preço".

93. Considere as seguintes afirmativas:

- I. É dispensável a licitação para o fornecimento de bens produzidos no país, que envolvam cumulativamente alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- II. É dispensável a licitação para todas as aquisições efetivadas por pessoa jurídica de direito público interno de bens produzidos por entidade que integre a Administração Pública.
- III. É dispensável a licitação na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada, nos termos do autorizado em contrato de consórcio público.
- IV. É inexigível a licitação para contratação de remanescente de obra pública.

Estão **corretas**, com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () Todas as afirmativas.
- b. () Apenas a afirmativa II.
- c. () Apenas as afirmativas I e III.
- d. () Apenas as afirmativas II e III.
- e. () Apenas as afirmativas II e IV.

94. Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () Consideram-se propostas manifestamente inexeqüíveis aquelas inferiores a 70% da metade do valor orçado pela Administração.
- b. () A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á à comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, demonstrável através de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público.
- c. () Só serão considerados como documentos válidos para demonstração de aptidão para o desempenho da atividade, aqueles referentes aos últimos cinco anos, antes da publicação do edital.
- d. () A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá na demonstração, pelo licitante, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- e. () Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de outras propostas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

95. Considere as seguintes afirmativas:

- I. No procedimento do pregão é vedada a exigência de garantia de proposta.
- II. A União poderá adotar a modalidade do pregão nas licitações de registro de preços, destinadas à aquisição de serviços comuns da área da saúde.
- III. Para o julgamento e classificação das propostas, na modalidade do pregão, só poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço.
- IV. Na modalidade pregão, o prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Estão **corretas**, com fundamento na Lei n. 10.520/02:

- a. () Todas as afirmativas.
- b. () Apenas as afirmativas I, II e III.
- c. () Apenas as afirmativas II e IV.
- d. () Apenas as afirmativas II e III.
- e. () Apenas a afirmativa III.

96. Em atenção à formalização dos contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei 8666/93:

- a. () Os contratos e seus aditamentos serão formalizados, necessariamente, através de instrumento lavrado em cartório de notas.
- b. () As cláusulas econômico-financeiras do contrato administrativo poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- c. () É dispensável o “termo de contrato” e facultada a sua substituição por outro instrumento hábil, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, independentemente do valor da contratação.
- d. () É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 4.000,00 feitas em regime de aditamento.
- e. () A publicação resumida do instrumento de contrato é obrigatória, devendo ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil após a sua assinatura.

97. De acordo com a Lei n. 8666/93, em sua redação atual, o recebimento provisório do objeto do contrato administrativo poderá ser dispensado:

- a. () Nos casos de locação de equipamentos.
- b. () Nos casos de obras de engenharia até R\$ 150.000,00.
- c. () Nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada.
- d. () Nos casos de compras até R\$ 150.000,00.
- e. () Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto.

98. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os contratos administrativos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo das partes, quando for conveniente a substituição da garantia de execução.
- II. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- III. A variação do valor contratual para fazer face ao reajustamento de preços previsto no próprio contrato não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
- IV. O contratado é obrigado a reparar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Está(ão) **correta(s)**, com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () Apenas a afirmativa IV.
- b. () Apenas as afirmativas II e III.
- c. () Apenas as afirmativas II e IV.
- d. () Apenas as afirmativas III e IV.
- e. () Todas as afirmativas.

99. Considere as seguintes afirmativas:

- I. O edital, na licitação para a concessão ou permissão de serviços públicos, poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.
- II. O contrato de concessão de serviços públicos poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei n. 9.307/96.
- III. A outorga de concessão de serviços públicos terá, sempre, caráter de exclusividade.
- IV. No julgamento da licitação para a concessão de serviço público, precedida da execução de obra pública, será adotado, necessariamente, como critério de julgamento, o de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado.

Está(ão) **correta(s)**, com fundamento na Lei n. 8.987/95, em sua redação atual:

- a. () Apenas a afirmativa IV.
- b. () Apenas as afirmativas I e II.
- c. () Apenas as afirmativas II e III.
- d. () Apenas as afirmativas II e IV.
- e. () Apenas as afirmativas III e IV.

100. Considere as seguintes afirmativas:

- I. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou execução de obra pública.
- II. Antes da celebração do contrato de parceria público-privada deverá ser constituída sociedade de propósito específico, da qual a Administração Pública deverá ser titular da maioria do capital votante.
- III. A contratação da parceria público-privada depende, sempre, de licitação, na modalidade concorrência, bem como de autorização legislativa específica.
- IV. A contratação de parceria público-privada, deverá observar, entre outras diretrizes, a responsabilidade fiscal, transparência dos procedimentos e decisões e a delegabilidade das funções de regulação.

Está(ão) **correta(s)**, de acordo com a Lei n.11.079/04:

- a. () Apenas as afirmativas II, III e IV.
- b. () Apenas as afirmativas I, II e III.
- c. () Apenas as afirmativas I e III.
- d. () Apenas a afirmativas I.
- e. () Todas as afirmativas.

Nas referências feitas à legislação, constantes em algumas das questões, adotou-se as seguintes abreviações:

- A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, é tratada como Lei nº 4.320/64.
- A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é tratada como Lei Complementar nº 101/00 ou simplesmente como Lei de Responsabilidade Fiscal.
- O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina será abreviado pelas siglas "TCE/SC" ou "TCE" e pode ser nomeado apenas como "Tribunal de Contas" ou "Tribunal".

Lista de siglas que constem em qualquer questão:

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
- LOA (Lei Orçamentária Anual)
- LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- PPA (Plano Plurianual)
- CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária)
- STN (Secretaria do Tesouro Nacional)
- PIS (Programa de Integração Social)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)
- CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)
- MF (Ministério da Fazenda)
- MPOG (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão)
- SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças)
- IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)